

Resiliência familiar: percepção de mães em situação de pobreza

Family resilience: the perception of mothers in poverty

Larissa Araújo Matos *, **Thamyris Maués dos Santos**, **Simone Souza Costa Silva**

Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil.

Resumo

O objetivo do presente estudo foi compreender a percepção acerca da resiliência familiar sob o ponto de vista de mães em situação de pobreza. A coleta dos dados foi realizada em uma escola estadual, localizada na periferia da cidade de Belém do Pará. Participaram deste estudo 16 mães e/ou responsáveis por crianças de 1º ao 5º ano que responderam um instrumento sociodemográfico e participaram de uma entrevista coletiva utilizando a estratégia de Situações Estruturadas de Investigação (SEI). Os dados foram coletados e categorizados com base na análise de conteúdo e da literatura de resiliência familiar e para sua operacionalização contou-se com o auxílio do software Nvivo 10. Os dados mostraram que as famílias estão expostas a algumas situações ameaçadoras ao desenvolvimento, baixa escolaridade, baixa renda familiar, condições de moradia inadequadas, dentre outros. No entanto, apesar dos riscos associados à pobreza, observou-se fatores intrafamiliares protetivos, geradores de benefícios ao desenvolvimento humano dentre eles: visão otimista, espiritualidade, esperança, apoio social familiar e nos vizinhos, trabalho de equipe, apoio na resolução de conflitos, união familiar e recursos sociais e econômicos através de benefícios sociais como o bolsa família. Palavras-Chave: pobreza; fatores de proteção; resiliência familiar.

Abstract

This study aims to understand the familiar resilience perception of mothers living in poverty situation. The data collect phase took place in estate school localized in the outskirts of the city of Belém, estate of Pará, Brazil. Sixteen mothers and/or guardians responsible for children from first to fifth year answered a sociodemographic instrument and participated in a collective interview in which was applied the Structured Situation of Investigation (SSI). The data were categorized based in the content analyses and in the familiar resilience literature, being operationalized through the Nvivo 10 software. The results indicated that families are exposed to certain threatening situations to the development such as low education level, low familiar income, inadequate

* **L. A. Matos** - Endereço: Rua Augusto Corrêa, 01. CEP: 66075-110. E-mail: larissa-mattos@hotmail.com; **T. M. dos Santos** - E-mail: Thamypsi@gmail.com; **S. S. C. Silva** - E-mail: symon@ufpa.br

housing conditions among others. However, despite the poverty associated risks, it was observed intrafamilial protective factors that are beneficiary to the human development: optimistic perspective, spirituality, hope, social support from family and neighbors, team work, conflict resolution support, familiar union and socioeconomic resources obtained through social benefit's program as in the Bolsa Família.

Keywords: *poverty; protective factors; family resilience*

1. Introdução

O avanço científico e tecnológico tem oferecido respostas a inúmeras questões que tem permitido a melhora na qualidade de vida das pessoas. Todavia, apesar do desenvolvimento que a sociedade moderna tem testemunhado, persistem perguntas que se colocam como desafios à comunidade científica, por exemplo, que elementos favorecem o crescimento pessoal, a superação dos obstáculos por algumas pessoas a despeito da natureza e intensidade das adversidades postas por diferentes contextos sociais? Responder a questões como esta permitirá entender o inverso, ou seja, que aspectos precisam ser desenvolvidos nas pessoas de modo que estas tenham um desenvolvimento adequado.

Em uma palavra, os cientistas do desenvolvimento têm respondido a esta questão através do conceito de resiliência. Este é um conceito originário da física, ciência na qual este constructo é definido como a capacidade de um material absorver energia sem sofrer deformação plástica (Brandão, Mahfoud, & Gianordoli-Nascimento, 2011; Yunes, 2001; Yunes, 2003). Na Psicologia, o conceito de resiliência não é tão preciso, pois deve-se considerar, ao pesquisar o desenvolvimento humano, a multiplicidade e a complexidade de fatores e variáveis que influenciam esse processo. Portanto, este estudo tem como objetivo compreender a resiliência familiar a partir da percepção de mães que vivem em situação de pobreza e identificar quais fatores de risco e proteção estão inseridos no ambiente destes grupos que propiciam a superação ou não de adversidades.

A família é o primeiro grupo que estabelece a mediação entre o homem e a sociedade. Esta constitui uma unidade de relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social. Ela é o centro da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva. Além disso, propicia a formação de comportamentos, de ações e resoluções de problemas com significados universais (cuidados com a infância) e particulares (qual a percepção da ausência de dinheiro para uma determinada família). É por meio das interações familiares que se concretizam as transformações nas sociedades que, por sua vez, influenciarão as relações familiares futuras, caracterizando-se por um processo de influências bidirecionais, entre seus membros e os diferentes ambientes que compõem os sistemas sociais, dentre eles a escola, o que constitui fator preponderante para o desenvolvimento da pessoa (Dessen & Polonia, 2007; Polleto, Wagner & Koller, 2004).

As transformações sociais e econômicas favorecem as mudanças na estrutura, organização e padrões familiares, bem como nas expectativas e papéis de seus membros. A constituição e a estrutura familiar, por sua vez, afetam diretamente a elaboração do conhecimento e as formas de interação no cotidiano das famílias. Portanto, é a principal responsável por incorporar as transformações sociais e intergeracionais ocorridas ao longo do

tempo, com os pais exercendo um papel preponderante na construção da pessoa, de sua personalidade e de sua inserção no mundo social e do trabalho (Germano & Colaço, 2012; Távora, 2003).

Deve-se considerar, ao estudar famílias, que não existe uma configuração familiar ideal, visto que são inúmeras as combinações e formas de interação entre os indivíduos que constituem os diferentes tipos de famílias contemporâneas: nuclear tradicional, recasadas, monoparentais, homossexuais, chefiadas por avós, dentre outras combinações. Os padrões familiares vão se transformando e reabsorvendo as mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais, o que requer adaptações a realidade. Os diversos arranjos familiares distintos que vão surgindo provocam transformações nas relações familiares, nos papéis desempenhados pelos seus membros, nos valores, nas funções intergeracionais, nas expectativas e nos processos de desenvolvimento do indivíduo (Garcia & Yunes, 2011; Graciano & Leheld, 2010).

A concepção de família ao longo dos anos evoluiu. Ao considerar este conceito do ponto de vista do desenvolvimento humano, ele é percebido como sendo sistêmico, ou seja, a família não é vista como um conjunto de díades separadas, mas como diversas díades, tríades, etc., as quais influenciam no modo como a família se desenvolve (Delvan, Becker & Braun, 2010; Dessen, 1997). Além disso, algumas condições exercem significativa relevância nas relações familiares e, conseqüentemente, no desenvolvimento humano de seus membros, dentre estas condições destacam-se: a pobreza que é reconhecidamente uma condição adversa ao desenvolvimento humano. Apesar das adversidades geradas por esta condição, existem famílias que se mostram capazes de manter um ambiente saudável e positivo ao crescimento e desenvolvimento de seus membros (Greeff & Nolting, 2013; Patias, Gabriel, Dias & Teixeira, 2012; Walsh, 2005).

Para Walsh (2005), a resiliência familiar é um processo de superação de desafios, trazendo como resultado o crescimento e a transformação pessoal e do grupo familiar. Esta autora salientou a importância dos processos de comunicação, das crenças e da organização familiar. Ao considerar a resiliência no âmbito familiar, aponta a importância que seus membros exercem sobre cada um, seja individualmente ou coletivamente. A maneira como o grupo lida com as dificuldades influencia no desenvolvimento individual e coletivo. Além de considerar a importância atribuída às redes de suporte social e às crenças construídas socialmente, a resiliência deixa de ter um caráter individual absoluto, passando a ter um caráter sistêmico, isto é, construída na interação do indivíduo com o seu ambiente. Nesta perspectiva, um aspecto é primordial: a interação entre fatores de risco e proteção que geram uma resposta positiva a uma adversidade.

A exposição a fatores de risco, tais como a baixa escolaridade dos pais, renda insuficiente, famílias numerosas, violência na vizinhança, pode exacerbar a condição de vulnerabilidade, potencializando situações desfavoráveis ao desenvolvimento ou mesmo impossibilitando que os indivíduos respondam de forma satisfatória ao evento estressor. Desta forma, implica em resultados negativos e indesejáveis no desenvolvimento do indivíduo. A pobreza é uma condição que expõe as famílias a fatores de risco que influenciam, significativamente, o desenvolvimento considerado saudável (Andrada, Rezena, Carvalho, & Benetti, 2008; Evans & Kim, 2013; Cidade, Moura-Jr, & Ximenes, 2012).

Compreende-se a pobreza como um processo constituído de fatores sociais, políticos e simbólicos. Moura (2012) afirma que, geralmente, são impostas variadas formas de discriminação às pessoas pobres, sendo concebidas como criminosas, violentas, culpadas pela sua situação de pobreza e causadoras de problemas sociais. A pobreza funciona, então, como uma estratégia de manutenção do *status quo*. Moura Jr, Cidade, Ximenes e Sarriera (2014)

salientam que, geralmente, a estratégia de sobrevivência encontrada pelos empobrecidos para enfrentar essa realidade opressora de pobreza é o estabelecimento de atitudes conformistas, em que não há esperança sobre as possibilidades de mudança dessas condições. Sarti (2011) reforça que as famílias pobres parecem não acreditar na capacidade de seus membros de conseguir posições sociais elevadas e, por isso, conformam-se com subempregos, que para elas já seria considerada uma vitória. Além disso, Ceconello (2003) aponta que muitas famílias em situação de pobreza vivem em bairros com expressões de violência, ou seja, localidades com altos índices de crimes violentos, ausência de serviços públicos ou acesso a tais serviços. Sendo este aspecto considerado um fator de risco ao desenvolvimento das famílias, uma vez que viver em locais expostos a situações de risco e violência tende a ser maior. A autora aponta que a violência existente na comunidade tende a potencializar os efeitos negativos associados com fatores de risco internos à família, como a violência doméstica, o alcoolismo e a depressão materna.

A despeito destas condições, alguns fatores contribuem para a superação de situações de risco. Por isso, não se deve desconsiderar que no contexto que as famílias se desenvolvem estão presentes outros elementos, o que implica em reconhecer e investigar a presença de fatores que podem proteger o ser humano, amenizando os efeitos negativos dos riscos (Silva, Elsen, & Lancharité, 2003).

Patias et al. (2012) descrevem os fatores de proteção como recursos pessoais ou sociais que atenuam ou neutralizam o impacto do risco. Estes autores apontam que mais difícil do que identificar a relação entre risco e desenvolvimento mental é a identificação e a descrição de como atuam os mecanismos de proteção nesta relação. Chamam a atenção para o fato de que alguns indivíduos expostos às adversidades, devido à ação de algum fator protetor individual ou do ambiente, desenvolvem-se de maneira considerada saudável. Os autores apontam, ainda, alguns aspectos como fatores de proteção que envolvem as relações estabelecidas entre os membros do grupo familiar dentre eles o afeto.

Haggerty, Sherrod, Gamezy e Rutter (2000) descrevem alguns fatores de proteção entre eles, o suporte social e um autoconceito positivo que podem atenuar os efeitos de experiências estressantes. De acordo com os autores, essas duas variáveis (suporte social e autoconceito positivo) costumam estar correlacionadas, o que indica a existência de um mecanismo através do qual múltiplos fatores protetores promovem a resiliência. Outro fator de proteção são as redes comunitárias que desempenham um importante papel na construção de vínculos e de laços comunitários, tanto para superação de dificuldades cotidianas como no fortalecimento de sociabilidade e solidariedade (Mota, Marques, Bessa, Leite, & Silva, 2010; Walsh, 2005). Além disso, a literatura aponta experiência de espiritualidade/religião como fator de proteção que promove espaços para expressar crenças, assim como apoio da congregação em momentos de dificuldades, além disso proporcionam um sentido na vida para as pessoas que confessam sua fé através de alguma religião (Angst, 2009; Marques & Dell'Aglio, 2009; Carvalho, Morais, Koller & Piccinini, 2007; Sanchez, Oliveira, & Napo, 2004; Walsh, 2005).

Barbosa (2006) aponta, ainda, que a percepção otimista diante da adversidade é uma possibilidade de superação da dificuldade, uma vez que acreditar que o futuro será melhor e possuir meios de se organizar diante do problema sem sucumbir a ele impulsiona as famílias a recorrer a soluções práticas. Walsh (2005) salienta que o pensamento positivo gera efeitos no enfrentamento das crises e do estresse o que, segundo esta autora, caracteriza as famílias com bom funcionamento. Diante do exposto, percebe-se que toda e qualquer família pode ser afetada de alguma maneira por crises e eventos estressores. Alguns destes eventos são

denominados como normativos, previsíveis e advindos dos ciclos da vida familiar (nascimento do primeiro filho, filhos pequenos, filhos adolescentes, a saída dos filhos, aposentadoria, a velhice, dentre outros) e outros não-normativos ou imprevisíveis e inesperados como falecimento de algum membro, doença, desemprego entre outros (Mota *et al.*, 2010; Juliano & Yunes, 2014).

Segundo Walsh (2005), o que distingue uma família de outra não é a ausência de problemas, mas a maneira como ela enfrenta estas dificuldades e a sua competência para resolvê-las. As crises podem estimular o grupo familiar a desenvolver habilidades e recursos. Portanto, nos momentos de adversidade os seres humanos podem crescer, caso existam condições básicas (físicas, emocionais e ambientais) suficientes para tal.

2. Materiais e Método

Foi realizada uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório.

2.1. Ambiente da Pesquisa

O estudo foi realizado em uma escola estadual localizada na periferia da cidade de Belém do Pará. Após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Pará (nº do parecer 865.235), foi feito contato com a direção da escola. Após a autorização da direção da instituição, contatou-se as famílias por telefone marcando dia e horário para a realização das entrevistas coletivas.

2.2. Participantes

Participaram desta pesquisa 16 responsáveis de crianças em situação de vulnerabilidade social, que frequentavam a escola estadual onde a pesquisa foi realizada. O critério de inclusão era de que fossem pais e/ou responsáveis por crianças matriculadas e que estivessem frequentando as séries iniciais do ensino fundamental (1 ao 5º ano) e que aceitassem participar do estudo. No dia agendado para o encontro, compareceram apenas responsáveis do sexo feminino. Foi lido o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) para cada participante e, após assinatura, iniciou-se a entrevista. Por questões éticas, as participantes foram identificadas por nomes fictícios, de acordo com a ordem das entrevistas realizadas.

2.3. Instrumentos e técnicas

2.3.1. Inventário biossociodemográfico (ISD)

O ISD é um instrumento que tem por objetivo construir um perfil biossociodemográfico dos participantes da pesquisa. Adaptado de um instrumento construído por Silva, Pontes, Lima e Maluschke (2010) foi constituído por questões referentes a:

- a) Identificação dos sujeitos pertencentes ao grupo familiar (nome, idade, gênero, parentesco, estado civil, etc.) e
- b) Dados demográficos (renda, escolarização, religião, propriedade, tamanho da residência, etc.).

2.3.2. Entrevista coletiva

O objetivo principal desta entrevista foi compreender a resiliência familiar sob a ótica das participantes (Nunes, 2000). Para isto, foram construídas três Situações Estruturadas de Investigação (SEI) (Silva, Santos, Pontes, & Maluschke, 2011). Esta estratégia foi utilizada para facilitar a revelação pelos participantes de suas percepções e estratégias, adotadas no cotidiano para enfrentar adversidades. As SEI consistiam em situações hipotéticas que ilustravam dificuldades vividas pelas famílias.

Situação Hipotética 1: “A criança por quem você é responsável chega em casa e pede ajuda no dever de casa, você percebe que não entendeu e não sabe como resolvê-lo o que você faz?”.

Situação Hipotética 2: “Suponha que você e o seu companheiro estão desempregados, as contas continuam chegando e vocês não tem dinheiro para pagá-las o que vocês fazem?”.

Situação Hipotética 3: “É de madrugada e você está sozinha em casa e seu filho passa mal e o posto de saúde é longe e você não tem dinheiro para pagar o transporte, o que você faz?”.

Esta entrevista foi realizada em quatro momentos. Cada entrevista contou com 4 (quatro) participantes e teve duração de uma hora e meia.

2.4. Procedimentos de coleta e de análise dos dados

Foram realizadas quatro entrevistas coletivas com quatro participantes cada. Estas entrevistas tiveram duração média de 1 hora. Os encontros ocorreram na sala de vídeo disponibilizada pela escola. Esta atividade foi iniciada com a apresentação da pesquisa e posterior assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido. Em seguida, deu-se a aplicação do ISD e, por fim, a apresentação das situações hipotéticas de problemas às mães e/ou responsáveis.

Em relação aos dados do ISD, foram feitas análises descritivas com o objetivo de ter um perfil sobre as participantes. Os dados da entrevista coletiva foram submetidos à análise de conteúdo (Bardin, 1977) e com base no modelo de resiliência familiar, de Walsh (2005). A operacionalização da análise se deu com o auxílio do *software* Nvivo 10. Para tanto, foram cumpridas as seguintes etapas:

- (a) organização e gerenciamento das fontes de dados no software;
- (b) codificação das fontes;
- (c) visualização dos resultados de codificação e
- (d) criação de gráficos com as categorias e subcategorias.

3. Resultados e Discussão

Esta seção está dividida em três momentos. O primeiro traz uma breve caracterização sociodemográfica das famílias. O segundo apresenta alguns fatores de risco ao desenvolvimento humano presentes no ambiente familiar dos participantes da pesquisa e uma breve discussão acerca deles. Posteriormente, o terceiro descreve as categorias encontradas no estudo, a partir da análise de conteúdo de Bardin (1977) e com base no modelo de Walsh (2005) sobre resiliência familiar.

3.1. Caracterização sociodemográfica dos participantes

Os dados mostraram que a idade média das participantes foi de 40 anos. Em relação ao estado civil, 7 (sete) participantes eram solteiras, 8 (oito) casadas e 1 (uma) viúva. A principal ocupação profissional das participantes foi “dona de casa”, seguida de “empregada doméstica”. Além disso, os resultados mostraram que 8 (oito) não concluíram ensino fundamental, 3 (três) possuíam o ensino fundamental completo, 2 (duas) ensino médio completo e 3 (três) ensino médio incompleto. Os dados econômicos mostraram que 9 (nove) recebiam apenas um salário mínimo, 3 (três) menos de um salário mínimo e 4 (quatro) participantes dois salários mínimos. Em relação a benefícios sociais, 12 (doze) participantes eram beneficiárias do programa Bolsa Família.

3.2. Fatores de risco no ambiente familiar

Alguns fatores de risco foram identificados nas famílias, através do Inventário Sociodemográfico, dentre eles: baixa escolaridade dos responsáveis, renda familiar insuficiente, condições de moradia, quantidade de pessoas residindo no domicílio, depressão materna e violência na comunidade.

Em relação a escolaridade das mães participantes, notou-se que a maioria delas não concluíram o ensino fundamental. Este dado sobre a escolaridade está em acordo com a literatura (Cidade *et al.*, 2012), que aponta que famílias em situação de pobreza possuem membros com baixa escolaridade. Das 16 (dezesesseis) participantes, 8 (oito) não concluíram o ensino fundamental, 3 (três) possuíam o ensino fundamental completo, 2 (duas) ensino médio completo e 3 (três) ensino médio incompleto. Cidade *et al.* (2012) consideram a baixa escolaridade dos pais, em especial das mães, como um dos fatores que podem influenciar na qualidade de estimulação ambiental oferecida às crianças e adolescentes, interferindo na linguagem, vocabulário entre outros. Embora o desenvolvimento da linguagem seja algo previsível ao longo do tempo, são necessárias condições e estimulações ambientais mínimas para aquisição de tais aspectos do desenvolvimento humano.

Outro aspecto do ambiente, relacionado com o desenvolvimento humano, é a renda familiar. A escassez de recursos está associada ao desemprego de ambos os responsáveis ou de um dos cônjuges. Apesar da quantidade reduzida de participantes, os dados sociodemográficos chamam a atenção, uma vez que, mais de 50% das participantes vivem com uma renda inferior ao salário mínimo. Estas famílias, além da renda inferior ao mínimo, viviam em casas com dois cômodos e de madeira, o que reforça a relação entre a baixa renda e condições de moradia insatisfatórias para atender demandas básicas dos indivíduos.

Estes resultados corroboram o entendimento de Cidade *et al.* (2012) no sentido de que a baixa condição socioeconômica exerce influência sobre o desenvolvimento humano e sobre as condições de moradia e acesso a bens e serviços de quem vive nestas condições. No caso, aumentando o estresse entre os adultos e influenciando negativamente a relação que os responsáveis por crianças e adolescentes estabelecem com seus filhos (Pilz & Scherman, 2007). Neste estudo, 8 (oito) famílias das participantes foram consideradas numerosas, pois viviam de 5 (cinco) a 7 (sete) pessoas em casas com 3 (três) cômodos. Destas, 3 (três) recebiam renda inferior ao salário mínimo. Sobre isto, Andrada *et al.* (2008) consideram que famílias numerosas afetam a qualidade do ambiente familiar, pois os adultos tendem a oferecer menos suporte parental a crianças e adolescentes. Além disso, a ausência de espaços de

privacidade para os membros da família ocasiona exposição de crianças a eventos inadequados para a idade.

Em relação aos aspectos referentes à saúde das participantes, 2 (duas) mães relataram terem sido diagnosticadas com depressão, porém ambas haviam parado o tratamento para a doença. Apesar do número pequeno de participantes que relatou tal condição, este dado propicia a discussão sobre a saúde mental materna, que pode exercer influência significativa na qualidade da relação estabelecida entre a mãe e seus filhos, principalmente em situações em que não existe apoio profissional e acompanhamento (Martins, Costa, Saforcada, & Cunha, 2004). A presença de depressão em mães demanda maior atenção por parte dos profissionais da saúde em geral e dos pesquisadores, tanto pelos prejuízos que pode acarretar para a saúde da mulher, quanto para o desenvolvimento de seus filhos, uma vez que estudos apontam que a depressão materna pode influenciar negativamente o desenvolvimento infantil (Alvarenga, Oliveira, & Lins, 2012).

Por fim, as 16 (dezesesseis) participantes viviam em bairros com expressões de violência, ou seja, localidades consideradas linhas vermelhas ou amarelas na cidade. Este aspecto dos bairros pode ser considerado um fator de risco ao desenvolvimento das famílias, uma vez que em locais expostos a situações de risco, a violência tende a ser maior. Cecconello (2003) afirma que a pobreza e a violência existentes em uma comunidade tendem a potencializar os efeitos negativos associados com fatores de risco internos à família, como a violência doméstica, o alcoolismo e a depressão materna.

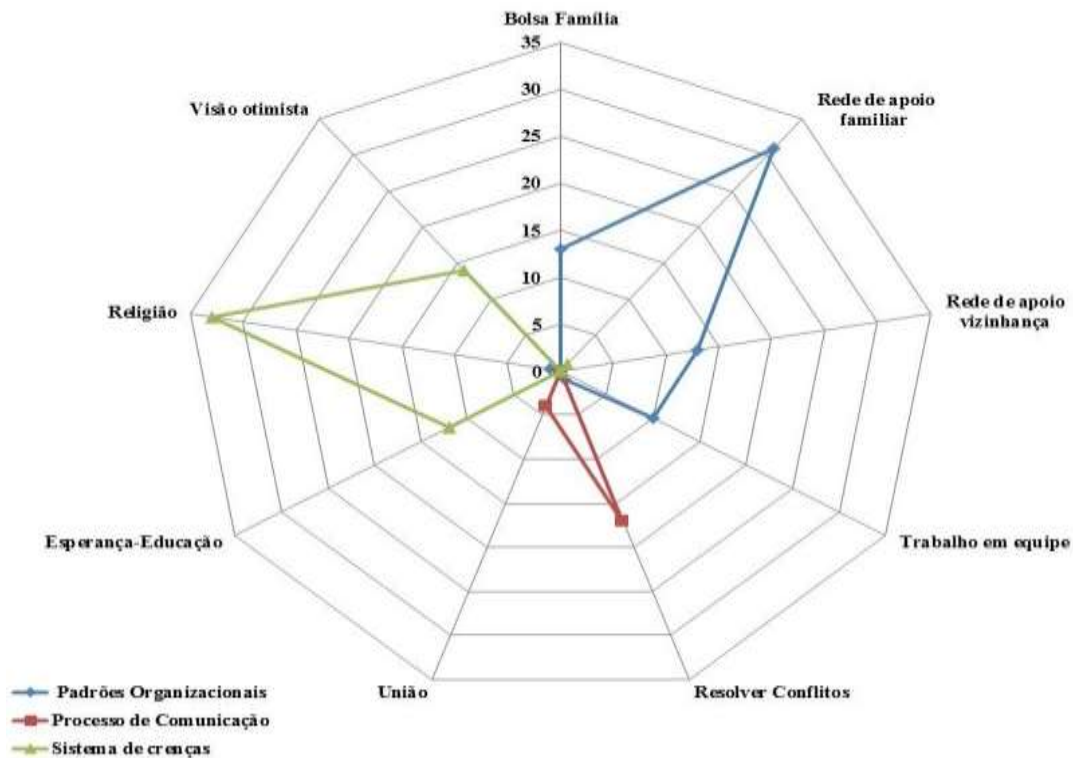
Observa-se que os dados do ISD apontaram a presença de fatores de risco nas famílias investigadas, todavia as falas dos participantes durante as entrevistas coletivas revelaram fatores de proteção favorecedores da resiliência familiar.

3.3. Resiliência familiar: percepção de fatores protetores sob a perspectiva das mães em situação de pobreza

Os dados encontrados nesta seção sobre os fatores de proteção presentes no ambiente familiar das participantes decorreram das percepções que estas tinham acerca de suas famílias e com base no modelo teórico de Resiliência Familiar, de Walsh (2005). A análise das falas das participantes permitiu identificar as seguintes categorias e subcategorias: sistema de crenças (visão otimista, espiritualidade, esperança via educação), padrões organizacionais (recursos sociais, como rede social familiar e vizinhos; trabalho de equipe; e recursos econômicos, como bolsa família) e processos de comunicação (resolução de conflitos e união).

Como pode ser observado na figura 1, o sistema de crenças teve maior destaque neste estudo, uma vez que nos discursos das 16 (dezesesseis) participantes todas mencionaram os elementos desta categoria. Seguido dos padrões organizacionais, especialmente referindo-se às redes sociais que a família dispunha nos momentos de dificuldades e, por último, os processos de comunicação.

Figura 1. Frequência dos Processos-Chave da Resiliência Familiar no Estudo. Fonte: Elaborado pelo autor



3.3.1. Sistema de Crenças

O Sistema de crenças, segundo Walsh (2005), é o “corpo e alma da resiliência familiar” (pg. 43), estando no cerne de todo o funcionamento da família. A subcategoria que apresentou maior frequência nas falas das participantes foi a *religião/espiritualidade*, mencionada pelas 16 (dezesseis) participantes. Em sequência, 12 (doze) responsáveis consideraram aspectos referentes a *visão otimista* para manter a família funcionando e a subcategoria *esperança via educação* foi mencionada por 9 (nove) responsáveis.

As falas das 16 (dezesseis) participantes, que mencionaram a *religião/espiritualidade*, revelaram que percebem a si e suas famílias como pessoas que através da religião e da fé conseguem conquistar bens materiais, reestabelecer a saúde e superar obstáculos, o que demonstra um sistema de crença fortalecido. Esta percepção pode ser identificada na fala das participantes abaixo:

“Olha a gente acredita que vai superar os problemas, por exemplo, num caso de doença a gente luta pra que aquilo melhore né? Pede a Deus também e ele ajuda” (Participante Núbia-entrevista coletiva).

“Não sou de frequentar todo domingo a igreja, mas converso com Deus sempre que estou em casa e em silencio e peço apoio pra enfrentar a vida.” (Participante Catia-entrevista coletiva)

“Minha vida sempre foi complicada, cheia de dificuldades, mas nunca me abati porque sei que existe uma coisa maior que olha por mim e me ajuda a levantar sempre que quero desistir.” (Participante Luisa-entrevista coletiva)

A literatura acerca da *espiritualidade/religião* como fator de proteção aponta que esta propicia espaços para expressar crenças, assim como apoio da congregação em momentos de

dificuldades. Além disso, proporciona um sentido na vida para as pessoas que confessam sua fé através de alguma religião. Estudos demonstram que a religião, dentre outros fatores, exerce um papel de proteção diante de situações de riscos (Sanchez *et al.*, 2004; Walsh, 2005). Marques e Dell’Aglío (2009) apontam que a *religiosidade/espiritualidade* pode ser considerada um fator de proteção para gerações mais novas, por exemplo, os adolescentes. Estas autoras identificaram que a religiosidade tem sido associada na adolescência à melhor tomada de decisões, maior bem-estar e menor envolvimento em comportamentos violentos, evidenciando que a religiosidade pode trazer benefícios tanto para membros com mais idade, quanto para jovens.

Em relação à subcategoria *visão otimista*, os dados revelaram a percepção das participantes sobre as dificuldades que enfrentam no cotidiano e suas crenças na superação e no caráter transitório dos problemas. Os resultados apontaram, ainda, que as famílias tendem a manter o otimismo, mesmo diante de situações estressantes como pode ser percebido na fala da participante Clara:

“Olha eu não sou de me abater, eu posso chorar, mas eu vou a luta eu acredito que posso superar os problemas” (Participante Cátia-entrevista coletiva).

“Sempre mantenho o sorriso e o pensamento em coisas boas, porque se não for assim a gente desiste mesmo de enfrentar as coisas difíceis.” (Participante Maria-entrevista coletiva)

“Tem que ter uma visão mais leve da vida, minha mãe me ensinou isso, sempre fomos humildes, mas sempre acreditamos que a gente poderia chegar onde quisesse, eu não cheguei tão longe, mas passo pros meus filhos que eles vão longe.” (Participante Lais-entrevista coletiva)

Barbosa (2006) diz que ser otimista diante da adversidade é uma possibilidade de acreditar que o futuro será melhor e, mais do que isso, ter meios de se organizar diante do problema sem sucumbir a ele, o que impulsiona as famílias irem atrás de soluções. Além disso, “o poder do pensamento positivo” (Walsh, 2005, p.60) gera efeitos no enfrentamento das crises e do estresse o que, segundo esta autora, caracterizaria as famílias com bom funcionamento.

A última subcategoria do sistema de crenças foi *esperança via educação*. 9 (nove) participantes demonstraram acreditar que, por meio dos estudos, a vida de seus filhos e netos será melhor no futuro. Observou-se que as famílias consideram a educação um meio para propiciar oportunidades, a que elas mesmas não tiveram acesso, às gerações mais jovens. Isso contradiz Matos (2015) e Mazzoti, (2006), cujos dados revelaram baixa valorização pelas famílias da educação, a partir do ponto de vista de profissionais que atuam com famílias pobres. A participante Paula diz:

“Eu incentivo muito os estudos deles, por causa da educação né? E porque o estudo vai dar alguma coisa pra eles melhor, vencer, mais conhecimento e no futuro emprego” (Participante Luisa-entrevista coletiva)

“Não pude estudar, comecei muito cedo nessa vida de trabalho em casa dos outros, mas, não quero que minhas filhas passem por isso e então sempre falo que se elas não estudarem não vão ser ninguém.” (Participante Fernanda-entrevista coletiva)

“Ele não gosta muito de estudar, mas, todo dia eu pego no pé dele e faço ele estudar nem que por meia hora quando chega da escola, porque só assim pra conseguir melhorar de vida.” (Participante Cátia-entrevista coletiva)

Ainda sobre a *esperança*, observou-se nas falas das participantes que estas parecem não acreditar que seus filhos sejam capazes de conseguir ingressar em universidades ou exercer profissões consideradas de elite, como se esta realidade fosse inacessível. Esta é uma das manifestações mais fortes da pobreza, ou seja, a percepção de que os membros de sua família não têm a capacidade ou direito de sonhar com um futuro melhor (Sarti, 2011). Na visão destas participantes, basta ter um emprego para considerarem que a pessoa “venceu na vida”.

“Eu digo pra ele estudar, nem é que ele vá ser um médico ou advogado, mas pelo menos pra ter o emprego dele, ser alguém trabalhador.” (Participante Elida-entrevista coletiva)

“Não precisa ser doutor, mas, se ele conseguir um trabalhinho para ele mesmo eu já fico satisfeita, um trabalho que ele tenha os direitos dele e não seja como eu que só ganho por dia e muito pouco.” (Participante Fernanda-entrevista coletiva)

Sarti (2011) aponta que o trabalho para o pobre vai além das necessidades de subsistência física e material. É através do trabalho que os pobres demonstram sua honestidade e disposição para vencer na vida, sendo que este “vencer” não significa ascensão social, mas afirmação pessoal pelo valor positivo do trabalho.

3.3.2. Padrões organizacionais

Os *padrões organizacionais* dizem respeito ao modo como as famílias se reorganizam diante de situações de estresse, conflitos, à sua rede de apoio social e econômica (Walsh, 2005). Neste estudo, esta categoria foi constituída por quatro subcategorias: rede de apoio familiar, rede de apoio na vizinhança, trabalho de equipe e bolsa família. Esta última categoria não faz parte do modelo de Walsh (2005), mas com base nos dados obtidos, foi adicionada devido à sua menção frequente pelos participantes. A rede de apoio familiar foi a subcategoria mais mencionada pelas participantes com 13 (treze) menções seguidas por trabalho de equipe que emergiu na fala de 10 (dez) responsáveis. A subcategoria *bolsa família* foi mencionada por 8 (oito) pessoas e, por último, *rede de apoio na vizinhança* que se destacou no discurso de 4 (quatro) participantes.

Os dados sobre *rede de apoio familiar* apontaram que 13 (treze) participantes do estudo em momentos de dificuldades recorrem, exclusivamente, aos seus próprios familiares para auxiliá-las. Na maioria dos relatos, o único apoio social recebido pelas participantes foi de sua família extensa. Isto pressupõe um grupo familiar fortalecido que se ajuda nos momentos de adversidades. Tal resultado evidencia que, em nenhum dos discursos, a rede de apoio macrossocial, representada pelas políticas públicas e os profissionais que nelas atuam, foi mencionada pelas participantes, o que provavelmente demonstra a fragilidades destas redes em atender às demandas das famílias pobres.

As falas das participantes revelam que a rede de apoio familiar é ativada nos momentos de dificuldades em que se recorre aos familiares para auxiliá-las, seja no aspecto financeiro, ajuda escolar aos filhos, emocional e/ou de saúde.

“Sem dúvidas eu conto com a minha família, eu não levo pra fora de casa meus problemas” (Participante Elida- entrevista coletiva)

“A minha família que ajuda, meus irmãos, mas assim ajudando em material escolar e não pagando as minhas contas, mas dando alimentação, saúde, material escolar eles ajudam”. (Participante Cátia-entrevista coletiva)

“Eu conto com a ajuda da minha família, até porque amigos, vizinhos não são nada pra gente, conto com meus parentes pra questão financeira, doença, tudo.” (Participante Luisa-entrevista coletiva)

Os dados encontrados sobre a rede familiar estão de acordo com a literatura sobre a importância destas na vida das famílias em situação de pobreza. Martins (2011) justifica tal importância ao considerar que estas famílias enfrentam dificuldades diariamente, quer no acesso aos serviços públicos de qualidade, quer na ausência de políticas públicas para atendê-las, restando-lhes apenas, como suporte, as ações da própria família. Além disso, o suporte social das famílias pode desempenhar importante papel na construção de vínculos entre os membros do grupo familiar, propiciando sentimento de solidariedade e de empatia entre eles (Walsh, 2005)

Na subcategoria *trabalho de equipe*, as 10 (dez) participantes disseram ter pessoas com quem dividir as tarefas de casa, ou seja, são delimitadas as funções e responsabilidades nestes grupos familiares favorecendo a colaboração entre os membros no cotidiano e resolução de conflitos. A divisão de tarefas é positiva porque não sobrecarrega apenas um sujeito do grupo familiar. A participante Valeria diz:

“Cada um faz alguma coisa, até os pequenos estão varrendo, tirando o lixo. Eu cozinho, trabalho e eles me ajudam porque somos eu e eles” (Participante Valeria-entrevista coletiva).

“Meu marido e meus filhos sempre ajudam aqui em casa, porque eu já chego cansada das faxinas e não dou conta de fazer tudo sozinha, graças a Deus tenho apoio porque muitas não tem.” (Participante Clarice-entrevista coletiva)

“Meu marido, meus filhos e minha mãe sempre ajudam aqui em casa, minha mãe fica com as crianças quando preciso me ausentar e meu marido é companheiro dentro de casa.” (Participante Maria-entrevista coletiva)

Segundo Walsh (2005), o trabalho em equipe é de extrema importância para manter o ambiente familiar funcionando de maneira saudável, sem que apenas uma pessoa fique sobrecarregada enquanto outros são menos solicitados. Logo, a colaboração entre os membros das famílias propicia um bom funcionamento do grupo familiar e diminui situações conflitantes e de estresse.

A subcategoria *bolsa família* se destacou no discurso de 8 (oito) participantes, sendo considerada por estas participantes uma ajuda para complementar a renda familiar.

“Eu acho o bolsa família bom porque é uma ajuda para muitas famílias que precisam, igual a minha” (Participante Raissa-entrevista coletiva).

“Se não fosse pelo Bolsa família eu não sei como ia ser aqui em casa.” (Participante Cibele-entrevista coletiva)

“É uma ajuda e tanto, porque eu compro roupa, comida, material escolar para as crianças.” (Participante Lais-entrevista coletiva)

Das 16 (dezesesseis) famílias investigadas, 10 (dez) recebiam o benefício do programa, sendo que apenas 3 (três) não trabalhavam. As demais, mesmo recebendo o benefício, tinham alguma ocupação profissional, o que contradiz a percepção do senso comum de que as famílias beneficiárias deixam de trabalhar por conta do programa. Soares, Ribas e Osório (2010) reforçam que não existem dados científicos que comprovem que as famílias não querem trabalhar pelo fato de receber o recurso monetário e destacam alguns ganhos aos beneficiários em participar de tal política como o acesso aos direitos de saúde, educação e trabalho. Esta categoria foi criada e destacada neste estudo porque, mesmo que as mães em suas falas não tenham mencionado profissionais como rede de apoio, as políticas públicas, aqui representadas pelo benefício bolsa família também possui tal papel de proteção, especialmente, para as famílias em situação de pobreza. É evidente que esta política merece ser melhor pensada e planejada, os dados apontam ganhos no acesso a bens e direitos pelas famílias (Soares et al., 2010).

A *rede de apoio na vizinhança* não foi mencionada com frequência, pois apenas 4 (quatro) participantes disseram recorrer aos vizinhos em momentos de dificuldades. Todas as menções envolveram situações de empréstimo de dinheiro, problemas de saúde e reforço escolar para os filhos, como pode ser observado nas falas a seguir:

“No meu bairro eu raramente peço ajuda, mas tenho alguns vizinhos que me ajudam se eu precisar de dinheiro” (Participante Fabia-entrevista coletiva)

“Não levo nada dos meus problemas pra fora de casa, até porque pode dar fofoca, eu realmente prefiro me abrir só com meus parentes e nem são todos, mas a maioria eu sei que posso contar.” (Participante Camila-entrevista coletiva)

Um aspecto relevante para o baixo índice de menções das participantes sobre apoio na vizinhança foi o fato delas relatarem que não levam seus problemas para fora de casa, pois têm medo de que isto vire “fofoca” no bairro. Entretanto, 4 (quatro) participantes mencionaram poder contar, além da família, com seus vizinhos e este dado reforça a importância que a comunidade exerce no cotidiano das famílias em situação de risco (Martins, 2011). Os dados encontrados são coerentes com aqueles descritos por Mota et al. (2010), que ao realizarem uma pesquisa na periferia de Fortaleza sobre rede social de famílias pobres observaram que 68,3% destas, quando necessitam de auxílio, recorrem aos próprios familiares, sendo a ajuda financeira encontrada em 58% dos casos, enquanto que apenas 32,6% pedem auxílio para vizinhos.

3.3.3. Processos de Comunicação

A última categoria foi *processo de comunicação* e suas subcategorias *resolução de conflitos* e *união familiar*. Esta foi a categoria de menor destaque na fala das participantes. A resolução de conflitos e a união familiar foram mencionadas por 7 (sete) participantes.

A subcategoria *resolução de conflitos* trouxe dados acerca da percepção das participantes sobre a colaboração e o auxílio que elas recebem das suas respectivas famílias extensas nos momentos de dificuldades. Esta colaboração foi associada com *ajuda* (tanto financeira e material, quanto em questões emocionais, quando disseram ter pessoas com quem conversar e pedir opiniões para resolver algum conflito). Esta percepção pode ser observada na seguinte fala:

“Eu sempre posso conversar, pedir opinião para a minha irmã, ela sempre me ajuda aconselhando alguma coisa pra resolver meus problemas e com os meninos também” (Participante Núbia-entrevista coletiva)

“Na minha família, nós resolvemos os problemas sempre por meio da conversa, escutando a opinião de todos, mesmo que as vezes tenha uma desavença” (Participante Rute-entrevista coletiva)

Segundo Walsh (2005), a colaboração dos membros da família na solução de problemas, ou seja, administrar o problema em conjunto, é o que distingue uma família com bom funcionamento e possibilidades de resiliência de uma família que dispõe pouco desta possibilidade. Yunes e Symanski (2006), ao estudarem uma família de baixa renda do extremo sul do Brasil, demonstraram que mesmo vivenciando situações de crise, o grupo mantinha controle de tais situações por meio de uma comunicação aberta entre seus membros, ou seja, utilizavam o diálogo, o respeito e o apoio mútuo como um recurso utilizado no enfrentamento das adversidades na família.

Os dados da última subcategoria *união familiar* demonstraram que as participantes percebem suas famílias como um grupo em que seus membros se ajudam durante as necessidades, e que esta união facilita a manutenção do autocontrole diante de situações estressantes e a certeza de que os problemas podem ser solucionados devido a colaboração e apoio do grupo familiar (Walsh, 2005).

“Graças a Deus, nós somos uma família muito unida, isso é o que mais acho bom da gente. Quando um precisa a gente se une pra ajudar, cada um do jeito que pode, e sempre estamos sentando e conversando pra resolver algum problema.” (Participante Marta-entrevista coletiva).

“Nós somos humildes, mas nossa família tem uma coisa que eu gosto muito que é a nossa união. Sempre que um tá com algum problema a família se empenha em ajudar.” (Participante Cintia-entrevista coletiva)

Walsh (2005) diz que a base de união é encorajada pelo compartilhamento de emoções, conflitos, problemas em famílias que tem a característica de funcionar bem, mesmo com a dificuldade. A união familiar é constituída do respeito nas mensagens transmitidas entre os membros do grupo, na colaboração diante da dificuldade que um ou a família em geral enfrentam. Não existe a responsabilização de apenas um ou outro membro diante da adversidade e as pessoas tendem a ser confiantes de que terão espaço para falar e ouvir. De maneira geral, os dados mostram que as famílias enfrentam situações consideradas de risco para o desenvolvimento saudável de seus membros, mas os fatores de proteção, segundo a percepção dos seus membros, parecem atuar amortecendo seus efeitos negativos para o desenvolvimento.

4. Considerações finais

Este estudo de caso contribuiu para descrever a percepção de mães (responsáveis de crianças em situação de vulnerabilidade social), em uma escola pública da periferia de Belém do Pará (Pará, Brasil), sobre a resiliência familiar em famílias expostas a situações ameaçadoras ao desenvolvimento. No entanto, apesar dos riscos, majoritariamente,

associados à pobreza, observou-se fatores intrafamiliares protetivos, geradores de benefícios ao desenvolvimento, especialmente, das gerações mais jovens. Dentre eles: a presença de espiritualidade no ambiente familiar, valorização da educação, visão otimista, rede de apoio familiar e processos de comunicação fortalecidos. Todos estes elementos contribuem para que estas famílias organizem o ambiente de maneira saudável ao desenvolvimento de seus membros, em especial, de crianças e adolescentes.

Observou-se que apesar da percepção pessimista que a sociedade detém de famílias que se encontram em situação de pobreza, as famílias pesquisadas contam com a presença de fatores intrafamiliares protetivos. A despeito das adversidades de viver em condições de vulnerabilidade social, as participantes demonstraram que suas famílias são hábeis em manter o ambiente familiar organizado, o que influencia no desenvolvimento saudável de seus membros.

Este estudo apresentou algumas limitações, principalmente no que se refere à coleta de dados, uma vez que a pesquisa foi realizada apenas com um membro de cada família, não sendo possível acessar outros membros do grupo familiar, devido ao momento em que as escolas estaduais viviam no período da coleta. É possível que a participação de mais de um membro da família permitisse o acesso a um conjunto de informações referentes ao funcionamento familiar que contribuísse para a compreensão mais ampla dos fatores de proteção que propiciam a resiliência do grupo. Além disso, sugere-se que pesquisas longitudinais, quantitativas, sejam realizadas para compreensão mais apurada sobre os padrões de resiliência em famílias pobres e também que sejam realizadas pesquisas que busquem identificar e promover a resiliência nestes grupos.

Agradecimentos e créditos a instituições de financiamento

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da presente pesquisa.

5. Referências

Alvarenga, P., Oliveira, J.M., & Lins, T. (2012). O impacto da depressão materna nos problemas internalizantes de pré-escolares. *Aletheia*, 38(39), 94-108.

Andrada, E.G.C., Rezena, B.S., Carvalho, G.B., & Benetti, I.C. (2008) Fatores de risco e proteção para a prontidão escolar. *Psicologia: ciência e profissão*, 28(3), 536-547.

Angst, R. (2009). Psicologia e Resiliência: uma revisão de literatura. *Psicologia Argumento*. 27(58), 253-260.

Barbosa, G. S. (2006.) *Resiliência em Professores do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série: Validação e Aplicação do "Questionário do Índice de Resiliência: Adultos – REIVICH – SHATTÉ/BARBOSA*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trad.). Lisboa, Portugal: Edições 70.

Brandão, J.M., Mahfoud, M., & Gianordoli-Nascimento, I.F. (2011). A construção do conceito de resiliência em psicologia: discutindo as origens. *Paidéia*, 21(49), 263-271

Carvalho, F.T, Morais, N.A., Koller, S.H., & Piccinini, C.A. (2007). Fatores de proteção relacionados à promoção de resiliência em pessoas que vivem com HIV/AIDS. *Caderno Saúde Pública*, 23(9), 2023-2033.

- Cecconello, A. M. (2003). *Resiliência e vulnerabilidade em famílias em situação de risco*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Cidade, E.C., Moura Jr, J.F., & Ximenes, V.M. (2012). Implicações Psicossociais da pobreza na vida do povo latino-americano. *Psicologia Argumento*, 30(68), 87-98.
- Delvan, J.S., Becker, A.P.S., & Braun, K. (2010). Fatores de risco no Desenvolvimento de crianças e a resiliência: um estudo teórico. *Revista de Psicologia da IMED*, 2(1), 349-357.
- Dessen, M.A. (1997). Desenvolvimento familiar: transição de um sistema triádico para poliádico. *Temas em Psicologia*, 3, 51-61
- Dessen, M.A. & Polonia, A.C. (2007). A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia*, 17(36), 21-32.
- Evans, G.W. & Kim, P. (2013). Childhood Poverty, Chronic Stress, Self-Regulation and Coping. *Journal of Adolescent Health*. 3(4), 140-155.
- Garcia, N. M. & Yunes, M. A. M. (2011). Resiliência familiar: baixa renda e monoparentalidade. In R. S. L. Guzzo, D. D. Dell'aglio, & S. H. Koller (Orgs). *Resiliência e psicologia positiva: interfaces do risco à proteção* (pp. 117-140). São Paulo: Casa do psicólogo.
- Germano, I.M.P & Colaço, V.F.R. (2012). Abrindo caminho para o futuro: redes de apoio social e resiliência em autobiografias de jovens socioeconomicamente vulneráveis. *Estudos de Psicologia*, 17(3), 381-387
- Graciano, M.I.G. & Lehfeld, N.A.S. (2010). Estudo Socioeconômico: indicadores e metodologia numa abordagem contemporânea. *Revista Serviço Social & Saúde*, 9(9), 157-186.
- Greeff, A. P. & Nolting, C. (2013). Resilience in families of children with developmental disabilities. *Family, Systems and Health*, 31(4), 396-405
- Haggerty, R. J., Sherrod, L. R., Gamezy, N. & Rutter, M. (2000). *Stress, risk and resilience in children and adolescents: process, mechanisms and interventions*. New York: Cambridge University Press.
- Juliano, M.C.C., Yunes, M.A.M. (2014). Reflexões sobre Rede de Apoio Social como mecanismo de Proteção e Promoção de Resiliência. *Ambiente & Sociedade*, 17 (3), 135-154.
- Marques, L.F. & Dell'Aglio, D.D. (2009). A espiritualidade como fator de proteção na adolescência. *Cadernos IHU Ideias*, 7(119), 1679-0316.
- Martins, E. (2011). Família em situação de risco e rede social de apoio: um estudo em comunidade de periferia metropolitana. *Revista @mbienteeducação*, 4(1), 15-26.
- Martins, M.F., Costa, J.S., Saforcada, E., & Cunha., M.D. (2004) Qualidade do ambiente e fatores associados: um estudo em crianças de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(3), 710-718.
- Matos, L. (2015). *Resiliência em Famílias de Baixa Renda: percepção de professores e familiares*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém.
- Mazzoti, A.J. (2006). O "aluno da escola pública": o que dizem as professoras. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 87(217), 349-359.
- Mota, F.R.N., Marques, M.B., Bessa, M.E.P., Leite, B.M.B., & Silva, M.J. (2010). Família e redes sociais de apoio para o atendimento das Demandas de saúde do idosos. *Escola Anna Nery (impr.)* 14(4), 833-838
- Moura, J. F., Jr. (2012). *Reflexões sobre a pobreza a partir da identidade de pessoas em situação de rua de Fortaleza* (Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil)
- Moura Jr, J.M., Cidade, E.C., Ximenes, V.M., & Sarriera, J.C. (2014). Concepções de Pobreza: Um Convite à Discussão Psicossocial. *Temas em Psicologia*, 22(2), 341-352

Nunes, B.O. (2000). *O sentido do trabalho para merendeiras e serventes em situação de readaptação nas escolas públicas do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

Patias, N. D., Gabriel, M. R., Dias, A. C. G., & Teixeira, M. A. P. (2012). A perspectiva dos pais face à gestação na adolescência. *Revista de Ciências Humanas*, 46, 143-164.

Pilz, E.M.L. & Schermann, L.B. (2007). Determinantes biológicos e ambientais no desenvolvimento neuropsicomotor em uma amostra de crianças de Canoas/RS. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(1), 181-190.

Poletto, M., Wagner, T.M.C., & Koller, S.(2004) Resiliência e Desenvolvimento Infantil de Crianças que Cuidam de Crianças: Uma Visão em Perspectiva. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(3), 241-250.

Sanchez, Z. V. M., Oliveira, L. G. & Nappo, S. A. (2004). Protective factors from adolescents against drug use emphasizing the role of religiosity. *Ciência e Saúde Coletiva*, 9(1), 43-55.

Sarti, C.A. (2011). *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 7ª Edição. São Paulo: Cortez.

Silva, M.R.S., Elsen, I., & Lacharité, C. (2003). Resiliência: concepções, fatores associados e problemas relativos à construção do conhecimento na área. *Revista Paidéia*, 13(26), 147-156.

Silva, S. S. C., Pontes, F. A. R., Lima, L. C., & Maluschke, J. B. (2010). Redes sociais e papéis de gênero de casais ribeirinhos de uma comunidade amazônica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(4), 605-612.

Silva, S.S.C., Santos, T.M., Pontes, F.A.R., & Maluschke, J.B. (2011). Avaliação de Famílias Ribeirinhas: Uma Proposta Adaptada ao Contexto. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 4(2), 253-263

Soares, F.V., Ribas, R.P., & Osório, R.G. (2010). Evaluating the impact of Brazil Bolsa Família. *Latin American Research Review*, 45(2), 173-190.

Távora, M. T. (2003). Evolução e crescimento de pais e filhos: Mudanças necessárias nessa relação. *PSICO*, 34(1), 23-38.

Walsh, F. (2005). *Fortalecendo a Resiliência Familiar*. São Paulo: Roca.

Yunes, M. A. (2001). *Questão triplamente controversa da resiliência em famílias de baixa renda*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Yunes, M.A.M. (2003). Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo*, 8(1), 75-84.

Yunes, M. A. M., & Szymanski, H. (2006). O estudo de uma família que supera as adversidades da pobreza: Um caso de resiliência em família. *Psicodebate: Psicologia, Cultura y Sociedad*, 7(9), 119-139.